


ruep

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa
v. 20, n. 60, jul./set. 2023
ISSN 2318-2083 (eletrônico)

WELLINGTON SOARES DA COSTA

*Instituto Nacional do Seguro Social, INSS,
Vitória da Conquista, BA, Brasil.*

*Recebido em agosto de 2023.
Aprovado em dezembro de 2023.*

**RESENHA: “O AUTORITARISMO COMO PRESSUPOSTO DOS GOVERNOS
NEOLIBERAIS: A RACIONALIDADE QUE ENGENDROU O BOLSONARISMO”**

Estudam-se o neoliberalismo intrinsecamente autoritário e uma de suas manifestações contemporâneas: o bolsonarismo.

MORAES, Alisson Diego Batista. O autoritarismo como pressuposto dos governos neoliberais: a racionalidade que engendrou o bolsonarismo. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa

Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150
Boqueirão - Santos - São Paulo
11050-071

<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>
revista.unilus@lusiada.br

Fone: +55 (13) 3202-4100

De conformidade ao RESUMO (p. 8) e à INTRODUÇÃO (p. 14-28), estudam-se o neoliberalismo intrinsecamente autoritário e uma de suas manifestações contemporâneas: o bolsonarismo.

No capítulo O AUTORITARISMO E AS CRISES DA DEMOCRACIA NO PRIMEIRO QUARTO DO SÉCULO XXI (p. 29-55), alguns autores discutidos são Adam Przeworski, James Fishkin, Larry Diamond, Robert Putnam, Timothy Snyder e Wendy Brown. Tal capítulo está dividido em três partes:

- a) “A desestabilização da democracia liberal” - afirma-se que as crises democráticas e o autoritarismo devem ser abordados conjuntamente, devido à congruência dos conceitos, e destaca-se o aspecto transnacional dessas crises; o autoritarismo contemporâneo não rompe violentamente a democracia, porém utiliza-se de meios democráticos para corroê-la de forma gradual; o casuismo de alianças políticas também favorece a presença do autoritarismo, uma vez que permite a inclusão de “outsiders autoritários e populistas” (p. 35); o outsider considera-se “de fora do sistema” (p. 41) e, por conseguinte, “apto a vocalizar a voz da maioria do povo em oposição a uma elite política ineficaz e corrupta” (p. 41); acrescenta-se que, ao se afastar do “paradigma liberal” (p. 36), um relevante percentual da sociedade mostra tendência de autoritarismo; o populismo na era digital implode as mediações democráticas, porque “o discurso na contemporaneidade se constrói pelas redes, sem qualquer preocupação com encadeamentos lógicos, ou seja, o tom direto e simplista se torna a regra. Ao refutar a mediação e inadmitir o debate, o novo populismo na era digital se reveste de autoritarismo, sintomas de uma democracia em crise” (p. 42-43);
- b) “A crise como consequência da ruptura do acordo de classes democrático: para
- c) além do institucionalismo e do consenso liberal” - segundo Adam Przeworski, três fatores indicam a existência de crise democrática: A) descrédito do sistema partidário tradicional, B) aumento de partidos com ações de xenofobismo, racismo e nacionalismo, C) redução de apoio à democracia nas pesquisas de opinião;
- d) “A crise diagnosticada e as causas em debate” - sintetizam-se as discussões teóricas.

Com o entendimento “as teses que buscam uma compreensão mais alargada do autoritarismo precisam, necessariamente, levar em consideração o contexto global em conexão com aspectos da nacionalidade” (p. 57), no capítulo O NEOLIBERALISMO E SEUS VEIOS AUTORITÁRIOS NA AMÉRICA DO SUL E NO BRASIL (p. 56-81) estudam-se autores brasileiros como Armando Boito Júnior, Brasília Sallum Júnior, Francisco de Oliveira, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Marilena Chauí. Forma-se o capítulo com cinco itens:

- a) “Neoliberalismo: um sistema e uma ideologia para além do economicismo” - apesar de fundamentalmente centrado na discussão econômica, o neoliberalismo não se resume à economia; comenta-se o Consenso de Washington (1989), evento neoliberal no qual se avaliam as reformas econômicas procedidas na América Latina e são decididas dez regras para essa região (v. p. 59);
- b) “O nascedouro do neoliberalismo autoritário sul-americano” - salienta-se o Chile;
- c) “Neoliberalismo brasileiro: De Sarney a FHC” - alusões aos Governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; a medida provisória prevista na Constituição de 1988 é sucedâneo do

decreto-lei com praticamente as mesmas características desse último, que é considerado “instrumento típico de regimes autoritários” (p. 73, nota de rodapé nº 36);

- d) “O neodesenvolvimentismo brasileiro sob Lula e Dilma: um anteparo à escalada neoliberal autoritária” - esses dois Governos são contrapontos ao neoliberalismo, mas, “Preliminarmente, não há que se dizer que o projeto neoliberal tenha sucumbido durante os governos Lula-Dilma (2003-2016). Ele apenas avançou mais lentamente e, em alguns momentos, foi refreado, mas dizer de sua derrocada é improcedente, haja vista o caráter hegemônico global do próprio neoliberalismo, compreendido para além das circunscrições economicistas e geolocalizadas. A própria noção do novo desenvolvimentismo não pode ser tomada como a sua clássica versão que orientou, majoritariamente, as relações socioeconômicas governamentais brasileiras da década de 1930 até meados de 1980” (p. 74);
- e) “Totalitarismo neoliberal e o interesse das elites: o Impeachment de Dilma Rousseff e o caminho aberto ao Bolsonarismo” - eis o retorno pujante do neoliberalismo, iniciado com os protestos de junho de 2013, os quais são seguidos pelas manifestações de 2015, impeachment da Presidente Dilma Rousseff (conhecido como Golpe de 2016) e Governo de Michel Temer.

O capítulo BOLSONARISMO: A EXPRESSÃO DO NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI (p. 82-113) trata do bolsonarismo, “um movimento sociopolítico que somente pode ser compreendido em sua essência se relacionado ao neoliberalismo autoritário e dele sendo, inafastavelmente, um progênito - talvez a mais categórica manifestação presente da racionalidade neoliberal antidemocrática neste tempo histórico” (p. 82). Divide-se o capítulo em três tópicos:

- a) “As Jornadas de Junho de 2013 e as eleições de 2014: O Prólogo” - nas manifestações populares em São Paulo (capital) conhecidas como jornadas de junho de 2013, “Se a pauta inicialmente reivindicada pelos manifestantes mirava a revogação do reajuste tarifário e até mesmo a gratuidade do transporte, além de melhorias nos serviços públicos, com o crescimento das manifestações houve também uma escalada na pauta de reivindicações com uma consequente fragmentação das demandas, descolocando o polo aglutinador dos protestos para dois pontos até então inesperados: o antipetismo e a luta contra a corrupção” (p. 87-88); registra-se que “As demandas se dispersaram de tal maneira que os grupos ligados à direita passaram a protagonizar o debate - os três mais importantes movimentos de rua que vieram a apoiar o impeachment de Rousseff, anos mais tarde, possuem estreita relação com as jornadas de junho de 2013: o Movimento Brasil Livre (MBL), o VempraRua e o Revoltados Online” (p. 90); as jornadas ocorrem nas várias regiões do Brasil; seguem as eleições de 2014 com a reeleição de Dilma Rousseff para Presidente da República e a eleição de Bolsonaro para Deputado Federal;
- b) “Lavajatismo, golpe parlamentar e a retomada do projeto neoliberalizante: O Ato” - comentam-se a Operação Lato-Jato iniciada em março de 2014, o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016 (golpe parlamentar) e a referida retomada do projeto neoliberalizante com o Governo de Michel Temer (destacam-se a proposta de emenda constitucional sobre o teto de gastos governamentais e cujo resultado é a Emenda Constitucional nº 95, a reforma trabalhista com a Lei nº 13.467 e as privatizações através do Programa de Parceiras de Investimentos); no

voto de Bolsonaro (então Deputado Federal) concernente ao impeachment “estavam presentes alguns dos elementos do neoconservadorismo, que será explorado na próxima seção deste capítulo: um aceno aos saudosistas da ditadura e militares da atualidade, um gesto aos evangélicos e cristãos conservadores, um apelo à família tradicional em nome das crianças inocentes e a avocação do medo do comunismo. Bolsonaro se apresentara como um homem de Deus e renunciara o que o que viria a ser o seu slogan de campanha e governo apenas dois anos depois, o primeiro slogan desde a redemocratização que utiliza a palavra Deus num pleito eleitoral” (p. 98);

- c) “Bolsonarismo, um movimento real da sociedade brasileira: O Epílogo” – retoma-se a discussão sobre o contexto mundial do neoliberalismo e, a partir de alguns teóricos, caracteriza-se o neoconservadorismo: “economicamente liberal; moralmente reguladora; securitariamente punitiva; e socialmente intolerante” (segundo Ronaldo de Almeida) e “a defesa da família patriarcal, o sionismo, o militarismo, o idealismo punitivo e o próprio neoliberalismo com as suas conseqüentes e contundentes críticas ao Estado de bem-estar social” (de acordo com Marina Basso Lacerda); “onda azul”, isto é, surgimento de governos da extrema-direita no mundo, e “onda rosa”, que significa expansão de governos do centro-esquerda na América Latina nas duas décadas do atual século; consigna-se o posicionamento de Bolsonaro como Deputado Federal sobre o projeto de lei nº 7.672/2010, posteriormente aprovado como Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para proibir castigos físicos e tratamento cruel ou degradante, e sobre o equivocadamente chamado “kit gay”; três grupos sociais brasileiros neoconservadores formam o sustentáculo do bolsonarismo, quais sejam, cristãos fundamentalistas (sobretudo evangélicos), militares e ultraliberais; observa-se que “o ultraliberalismo não deve ser tomado aqui como sinônimo de neoliberalismo, visto que este é mais amplo que aquele – o ultraliberalismo, portanto, possui uma racionalidade eminentemente econômica e também não pode ser confundido como liberalismo, que surge em contraposição ao Estado absolutista, nos séculos XVII e XVIII” (p. 111); “Os ultraliberais se caracterizam, portanto, como um novo liberalismo, cuja racionalidade econômica e as desregulamentações do mercado atingem níveis ainda mais elevados, a ponto de serem considerados radicais” (p. 111).

Por fim, registram-se as CONSIDERAÇÕES FINAIS (p. 114-117) e as REFERÊNCIAS (p. 118-132).

A dissertação constitui mais um trabalho acadêmico relevante a discutir o bolsonarismo, esse fenômeno multifacetado.

Depois que a dissertação é publicada, continuam as investidas do bolsonarismo até que redundam em 08 de janeiro de 2023 (denominado Dia da Infâmia pela Ministra Rosa Weber do STF): bolsonaristas radicais invadem e depredam o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Finaliza-se a resenha com a citação de um fato constante na biografia de Bolsonaro: “Foi no fim dos anos 80 que o jovem oficial paulista, egresso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Jair Messias Bolsonaro, apresentou-se na cena política brasileira com a midiaticização de seu julgamento pelo Supremo Tribunal Militar (STM) por, supostamente, estar envolvido em um plano que objetivava explodir bombas em instalações militares como parte de uma série de atos reivindicando melhores salários

e melhores condições de trabalho. O plano foi desvelado pela ‘Operação Beco sem Saída’, que também revelou que os atos empreendidos por Bolsonaro e seus comparsas almejavam, ainda, desestabilizar o governo de José Sarney e o general Leônidas Pires, Ministro da Defesa na ocasião, deixando claro que ambos não estavam no controle dos quartéis” (p. 84).